

TERRITÓRIO, INFÂNCIA E MEMÓRIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA QUE LEVOU À INVESTIGAÇÃO SOBRE SABERES AFRO-INDÍGENAS DIANTE DA EXPANSÃO URBANA

Sarah Ketlen da Silva Farias¹

Gracy Kelly Monteiro Dutra²

Resumo

Este artigo apresenta reflexões construídas a partir de experiências vivenciadas no curso de Pedagogia, que contribuíram para o desenvolvimento do tema do Trabalho de Conclusão de Curso. O objetivo é refletir sobre como a vivência de campo e a participação no projeto PADEX Cultura colaboraram para a formação de um olhar investigativo acerca das relações entre infância, cultura e território em contextos atravessados pela expansão urbana. O ponto de partida foi uma atividade realizada na disciplina de Antropologia da Educação, desenvolvida na Vila Amazônia e na Comunidade Flor de Maio, em contexto rural, onde foram observadas as relações das crianças com a natureza, o brincar e o espaço em que vivem. O contraste entre os dois territórios evidenciou diferentes formas de vivenciar a infância, marcadas por distintos níveis de transformações urbanas. A análise dialoga com reflexões de Ailton Krenak (2019; 2022), acerca da relação entre humanidade e natureza, e de Milton Santos (2006), sobre território e os impactos da urbanização. Os resultados apontam que os processos de expansão urbana influenciam a permanência e a transformação dos saberes ancestrais, evidenciando a necessidade de uma formação pedagógica sensível às dinâmicas territoriais, culturais e sociais que atravessam a infância e contribui para o debate acerca da valorização dos saberes afro-indígenas.

Palavras-chave: Território; Cultura; Saberes ancestrais; Expansão urbana.

Introdução

A experiência acadêmica constitui um espaço potente de formação, sobretudo quando possibilita o contato direto com diferentes realidades sociais e culturais. Este artigo nasce de uma vivência realizada na Vila Amazônia, localizada em Parintins, e na Comunidade Flor de Maio, situada na mesma região, envolvendo crianças inseridas em contexto rural. O contato com esse território e com o cotidiano dessas crianças provocou mudanças na minha forma de

¹ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Bolsista do PADEX Cultura da UEA. Natural de Parintins – Am, Brasil. Email skdsf.ped23@uea.edu.br

² Doutora em Ciências Humanas. Docente da Universidade do Estado do Amazonas. Natural de Parintins – Am, Brasil. Email gkmdutra@uea.edu.br

compreender a infância, evidenciando que os processos de aprendizagem não se limitam ao espaço escolar, mas se constroem nas relações com o ambiente, com a cultura e com as formas de vida presentes na comunidade.

Ao observar as interações, brincadeiras e os modos de se relacionar com o espaço em que vivem, compreendi que as crianças carregam conhecimentos construídos nas experiências coletivas, nas práticas do dia a dia e nas relações estabelecidas com suas famílias e com o território. Esses saberes, muitas vezes vinculados a matrizes afro-indígenas, revelam formas próprias de compreender o mundo e de transmitir conhecimentos por meio da oralidade, da convivência e da vivência no território. Nesse sentido, tais conhecimentos também se manifestam nas memórias e experiências dos sujeitos, uma vez que “nossas memórias são imateriais, íntimas, sensíveis e não podem ficar guardadas dentro de algumas linhas burocráticas” (Duarte; Pagan, 2024, p. 06), reforçando que esses saberes não podem ser reduzidos a registros formais, pois permanecem vivos nas relações cotidianas.

Entretanto, essa vivência também me provocou inquietações, especialmente ao perceber os impactos da expansão urbana e do avanço tecnológico sobre essas dinâmicas culturais, bem como sobre a forma como esses saberes são (ou não) reconhecidos nos contextos educativos formais. Nesse contexto, dialogando com essa realidade, é possível compreender que tais transformações não são apenas estruturais, mas atingem diretamente os modos de vida e as relações com o território, evidenciando tensões entre diferentes formas de produzir e validar conhecimentos.

Assim, a experiência não se limitou a uma atividade pontual, mas configurou-se como um momento de observação e reflexão, contribuindo significativamente para a construção de um percurso investigativo. Ao narrar essa experiência, compreendo que não se trata apenas de um relato individual, mas de um processo de construção de sentido sobre minha própria formação. Nessa perspectiva, a escrita (auto)biográfica permite compreender que o sujeito se constitui nas relações que estabelece com o mundo, sendo atravessado por suas vivências e contextos, uma vez que “a pesquisa (auto)biográfica não se ocupa em afirmar um pretense eu, mas em produzir subjetividades móveis e moventes que diferem permanentemente de si” (Martins; Chaves, 2024, p. 05). Dessa forma, narrar a experiência implica reconhecer que o sujeito está em constante transformação, ao mesmo tempo em que produz reflexões sobre os contextos vividos.

Além da vivência de campo, outros espaços formativos também contribuíram para o amadurecimento dessas reflexões. Minha participação no Projeto PADEX Cultura da UEA, intitulado “Educação Patrimonial e Formação Cultural no Município de Parintins: Uma

Perspectiva Afro-Indígena e Antirracista”, contribuiu na compreensão acerca da cultura como prática viva, dinâmica e que atravessada processos históricos de resistência. O projeto possibilitou o contato mais aprofundado com debates sobre memória e identidade, evidenciando que os saberes presentes nas comunidades não são expressões secundárias ou meramente ilustrativas da cultura, mas fundamentos desenvolvidos das experiências coletivas.

Tem como objetivo refletir sobre a experiência acadêmica vivenciada em campo e no projeto PADEX Cultura, discutindo suas contribuições para a formulação do meu tema de TCC, voltado às relações entre infância, cultura, território e a preservação dos saberes ancestrais frente às transformações provocadas pela expansão urbana. Partindo da hipótese de que a expansão urbana, ao reconfigurar territórios e modos de vida, causa impactos não apenas na dimensão física desses espaços, mas também nas formas de transmissão cultural, os vínculos comunitários e os processos de construção identitária. Sustenta-se ainda, que, diante dessas transformações, a oralidade se reafirma como prática fundamental de resistência, preservação da memória coletiva e continuidade dos saberes afro-indígenas, constituindo-se como estratégia ativa de enfrentamento às dinâmicas de apagamento cultural.

Percurso acadêmico e a construção de um “olhar” mais crítico

Minha inserção na universidade teve início no ano de 2023, ao ingressar no curso de Pedagogia no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP/UEA), onde atualmente curso o sexto período. Ao longo dessa trajetória, o contato com diferentes componentes curriculares contribuiu para a ampliação do meu olhar crítico acerca das dinâmicas sociais, culturais e educacionais presentes no contexto amazônico. Tenho percebido mudanças significativas na forma como compreendo a educação e as relações sociais, especialmente ao observar como os processos educativos se articulam com os contextos culturais e territoriais da região. Essa percepção reforça a importância de considerar práticas educativas que valorizem saberes tradicionais e respeitem a diversidade de experiências de vida, fortalecendo uma pedagogia comprometida com a realidade local.

Dentre as disciplinas cursadas, como a Sociologia da Educação e, especialmente, Antropologia da Educação exerceram um papel fundamental nesse meu processo formativo. A Sociologia possibilitou compreender a educação como fenômeno social atravessado por relações de poder e desigualdades sociais. Já a Antropologia da Educação ampliou essa compreensão ao enfatizar que os processos educativos estão profundamente enraizados na cultura e nas identidades dos sujeitos. Durante esta última disciplina, que realizou uma atividade

de campo na Vila Amazônia, especificamente, na Comunidade Flor de Maio, experiência que, mais tarde, se tornaria determinante na escolha do meu tema de pesquisa. A partir desse contato direto com o território e com as crianças inseridas em contextos rurais, passei a problematizar situações que antes poderiam parecer naturais, mas que, na verdade, carregam marcas históricas e culturais profundas. Essa experiência me permitiu ampliar meu olhar crítico, percebendo como práticas e concepções aparentemente comuns exigem questionamento atento, considerando o contexto social, histórico e cultural em que estão inseridas.

Simultaneamente a essa formação disciplinar, minha participação no projeto PADEX Cultura, intitulado “Educação Patrimonial e Formação Cultural no Município de Parintins: Uma Perspectiva Afro-Indígena e Antirracista”, foi decisiva no aprofundamento dessas reflexões. O projeto ampliou significativamente meu entendimento sobre a importância de reconhecer, valorizar e preservar os saberes afro-indígenas presentes no município de Parintins. Mais do que uma atividade acadêmica, o projeto foi como um espaço de formação crítica, que fortaleceu a necessidade de discutir as causas afro-indígenas, combater práticas discriminatórias e promover o respeito às culturas que são historicamente marginalizadas.

Essa articulação entre formação teórica, experiência de campo e participação em projeto de extensão foi essencial para fortalecer um olhar mais atento às relações entre território, cultura e saberes. A partir desse percurso, tornou-se evidente a relevância de investigar como os saberes ancestrais afro-indígenas se mantêm e se transformam diante dos processos de expansão urbana, inquietação que posteriormente se estruturou como eixo central do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Infância e território: vivências rurais diante da expansão urbana

A vivência prática que contribuiu para a escolha do tema de pesquisa ocorreu durante a atividade de campo da disciplina de Antropologia da Educação, cujo objetivo era observar as relações entre as crianças e a natureza no contexto rural. O cenário de observação dividiu-se em dois locais que, embora geograficamente próximos, revelaram realidades sociais e culturais bem diferentes.

A experiência de campo não se limitou à observação das práticas infantis; para mim, ela se constituiu como um processo de sensibilidade e inquietação. Ao estar nesses territórios e acompanhar as crianças em seus cotidianos, percebi que a infância não se apresenta como uma experiência universal ou neutra, mas é profundamente atravessada pelo lugar onde se vive, pelas condições sociais e pelas relações estabelecidas com o território.

Ao narrar essa experiência, compreendo que não se trata apenas de um relato individual, mas de um processo de construção de sentido sobre minha própria formação. Nesse contexto, a pesquisa (auto)biográfica permite compreender que o sujeito se constitui nas relações que estabelece com o mundo, sendo atravessado por suas vivências e contextos. Como afirmam Martins e Chaves (2024), a escrita de si não busca afirmar um eu fixo, mas evidenciar subjetividades em constante transformação. Essa perspectiva se materializa na forma como passei a compreender infância, território e cultura a partir dessa vivência, reconhecendo que minha própria leitura da realidade foi sendo reconstruída ao longo do processo.

A observação do ambiente físico revelou elementos importantes para compreender as dinâmicas sociais presentes nos dois espaços visitados. Ao percorrer a Vila Amazônia, pude perceber a proximidade com a lógica urbana, assim como os efeitos da expansão da cidade, que já haviam transformado de maneira visível o cotidiano infantil. A presença do asfalto em algumas ruas e outras em preparação para pavimentação e da maior circulação de pessoas não representava apenas mudanças estruturais, mas indicava a incorporação progressiva de uma dinâmica urbana ao espaço rural. As casas mais próximas umas das outras e o movimento constante criavam um ambiente mais acelerado, aproximando-se da configuração dos centros urbanos.

Durante a observação, percebi que as crianças demonstravam forte envolvimento com as tecnologias, especialmente com a televisão, ocupando horários que tradicionalmente seriam destinados ao brincar coletivo e ao convívio com outras crianças. Mesmo situada em área rural, a comunidade apresentava rotinas cada vez mais marcadas por dinâmicas domésticas e tecnológicas típicas da cidade, reduzindo o contato com o ambiente natural e enfraquecendo interações mais diretas com o território. O brincar assumia outras formas, mediadas por aparelhos e pela organização do espaço em transformação, revelando que a expansão urbana não altera apenas a paisagem, mas também os modos de viver a infância.

Em contrapartida, na Comunidade Flor de Maio, tive a impressão de estar em uma ambiência completamente diferente. As estradas de terra, as casas mais espaçadas e a presença abundante de árvores criavam um território que parecia respirar em outro ritmo. O silêncio era mais presente, e o movimento de pessoas menos intenso. Ali, a natureza não estava apenas ao redor, ela integrava a experiência cotidiana, moldando as práticas, o brincar e a relação das crianças com o espaço de forma essencial.

As crianças utilizavam elementos da natureza como parte de complementar de suas brincadeiras. A terra, as árvores, os galhos e os espaços abertos não eram apenas cenário, mas presença viva no cotidiano infantil. O chão se tornava suporte para a imaginação; as árvores

viravam os seus brinquedos; os espaços abertos revelavam formas de aprendizado construídas na prática, nas vivências coletivas e na relação direta com o território. O aprendizado acontecia no corpo, na prática e na convivência, revelando que o território funciona como um espaço educativo fundamental. Ali, os saberes circulavam na vivência compartilhada e na relação direta com a natureza, expressando uma formação ligada à cultura e à ancestralidade.

Ao vivenciar esses dois contextos, percebi que essas diferenças não se restringiam à paisagem ou às formas de lazer, mas revelavam modos distintos de viver a infância. Ao observá-las, constatei que essas experiências evidenciam diferentes formas de relação entre ser humano e natureza, frequentemente marcadas, no contexto moderno, por uma lógica de separação entre ambos. Em determinados contextos, porém, essa separação não se sustenta, sobretudo em territórios onde a relação com a terra permanece viva, como na Comunidade Flor de Maio, na qual o território não se apresenta como algo externo, mas como elemento constitutivo da experiência das crianças. Já a expansão urbana observada na Vila Amazônia não representava apenas obras de infraestrutura, mas um movimento mais amplo que altera experiências, redefine as relações e pode até silenciar saberes afro-indígenas vinculados à terra.

A vivência entre esses dois contextos evidenciou que as transformações no espaço impactam diretamente as formas de brincar, de conviver e de aprender. O que inicialmente parecia apenas uma diferença entre comunidades revelou-se expressão de processos maiores, como a urbanização e a reorganização das dinâmicas sociais. Foi a partir dessa experiência que surgiram as inquietações que passaram a orientar a minha pesquisa do TCC e assim compreender como a cidade avança sobre os territórios, pressiona práticas tradicionais e interfere na transmissão de saberes ligados a oralidade e na relação com a natureza.

Assim, o campo deixou de ser apenas espaço de observação e tornou-se espaço de transformação no percurso formativo. A experiência provocou um deslocamento no olhar, levando à compreensão de que pensar a infância exige considerar cultura, território e história como dimensões indissociáveis. Reconhecer os saberes produzidos nas comunidades é também reconhecer que a educação precisa dialogar com os modos de vida que resistem e persistem nos territórios.

Expansão urbana e ruptura com a Terra

A reflexão sobre infância e território, especialmente em contextos marcados por transformações urbanas, exige um deslocamento do olhar para além das concepções tradicionais de desenvolvimento e escolarização. A infância, nesses cenários, não pode ser

compreendida apenas como uma fase biológica ou uma etapa preparatória para a vida adulta, mas como experiência situada, atravessada pela cultura, pelo território e pelas relações coletivas que constituem o cotidiano.

A urbanização contemporânea não pode ser compreendida apenas como crescimento físico das cidades, mas como expressão de uma racionalidade técnica vinculada ao capitalismo global. Para Santos (2006), o espaço é resultado da articulação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, sendo permanentemente reorganizado conforme os interesses do capital, principalmente o dominante. Nesse processo, territórios passam a ser utilizados de maneira seletiva, produzindo exclusões e impactando modos de vida tradicionais. Assim, a expansão urbana não é neutra, pois se redefine nas relações sociais, culturais e ambientais.

A urbanização deve ser compreendida como um fenômeno histórico, político e cultural, articulado às dinâmicas do capital. Nessa perspectiva, Santos (2006) propõe que a urbanização se configura como um instrumento estratégico do capital global, resultante da articulação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, organizados conforme as racionalidades dominantes. Nesse processo, áreas consideradas improdutivas ou não alinhadas à racionalidade econômica dominante tendem a ser marginalizadas ou transformadas. Nessa direção, Krenak (2019) critica a ruptura moderna entre humanidade e natureza, na qual se estabelece a falsa ideia de separação entre ser humano e Terra. Segundo o autor, passamos a conceber a Terra e a humanidade como entidades distintas, o que contribui para a consolidação de uma relação utilitarista com o ambiente, reduzindo a natureza a um recurso a ser explorado e desconsiderando outras formas de existência e de relação com o território.

A cidade contemporânea simboliza esse afastamento, pois se constrói muitas vezes ignorando rios, florestas e territórios originários. Como observa Krenak (2022, p. 66), “hoje, na maior parte do tempo, o planejamento urbano é feito contra a paisagem”. Tal constatação evidencia que a organização urbana frequentemente ocorre em oposição aos elementos constitutivos do espaço, submetendo-os a interesses técnicos e econômicos. Dessa forma, o território deixa de ser compreendido como espaço vivo e passa a ser tratado como superfície disponível para intervenção.

Além disso, Krenak (2022) problematiza a lógica moderna de progresso e desenvolvimento, mostrando que a ruptura com a terra também implica a ruptura com modos ancestrais de existir. A separação entre ser humano e natureza, construída pela racionalidade ocidental, sustenta a expansão urbana e práticas que ignoram outras formas de vida. Nesse contexto, refletir sobre a infância em territórios rurais requer reconhecer que o vínculo com a terra não é apenas ambiental, mas também cultural, espiritual e educativo.

Nas comunidades de matriz afro-indígena, os saberes são transmitidos por meio da oralidade, da convivência e da prática cotidiana. O território não é somente espaço físico, mas lugar de memória, identidade e aprendizagem. Quando a urbanização avança e impõe novos ritmos e hábitos, como o consumo tecnológico intensificado, não se trata apenas de uma mudança comportamental, mas de reconfiguração das formas de aprender, brincar e se relacionar com o mundo. Assim, a urbanização, ao modificar ou deslocar territórios tradicionais, está interferindo diretamente na continuidade dos saberes ancestrais. Nesse contexto, a oralidade assume um papel central, pois a transmissão de conhecimentos não ocorre apenas por registros escritos, mas pela experiência coletiva, pela narrativa e pela convivência no território.

Dessa forma, compreender a expansão urbana implica reconhecer que o espaço é um campo de disputa simbólica e material em torno do território. A preservação de culturas afro-indígenas, bem como de suas práticas de relação com a natureza, constitui resistência frente ao processo de padronização das culturas locais imposta pelo modelo urbano-globalizado. A cidade pode ser espaço de exclusão, mas também de reinvenção e afirmação cultural.

Da experiência à problematização: a construção do objeto de pesquisa

A experiência em campo não se encerrou na observação das diferenças entre os dois contextos visitados. Ao contrário, ela suscitou questionamentos acerca da permanência e transformação dos saberes ancestrais em territórios que estão sendo transformados pela expansão urbana. Em certo momento a atividade deixou de ser apenas uma exigência acadêmica, ainda mais quando se tornou evidente o contraste entre os dois locais observados e, principalmente, a forma como a urbanização já influenciava o comportamento e o cotidiano das crianças.

A diferença entre as dinâmicas observadas revelou que a expansão urbana não altera somente a estrutura física do território, mas influencia diretamente sobre os modos de viver a infância, sobre as formas de brincar e sobre as relações com a natureza. Essa constatação despertou uma inquietação que ultrapassava o campo da observação.

Sempre senti um incômodo ao perceber que a natureza vem sendo constantemente substituída pela lógica urbana, onde muitas vezes é mais simples cortar árvores e abrir estradas do que buscar alternativas que ajustem ao desenvolvimento e a preservação. No entanto, a experiência na Vila Amazônia e na Comunidade Flor de Maio deu uma forma concreta a esse sentimento. Percebi que não se tratava apenas de paisagem modificada, mas de transformações

que atingem diretamente as práticas culturais, os vínculos comunitários e os processos de transmissão de saberes.

Esse incômodo foi aprofundado a partir de uma palestra promovida pelo projeto PADEX Cultura, intitulada “Patrimônio Imaterial: Memórias ancestrais afro-indígenas nas/das Amazônia”. Na ocasião, foi discutido a importância do patrimônio imaterial, com ênfase nas tradições culturais e memórias ancestrais afro-indígenas da região amazônica. A reflexão apresentada destacou como as influências tecnológicas e os novos interesses das crianças e dos jovens têm contribuído para o distanciamento das gerações mais novas em relação às suas raízes culturais.

A palestra provocou questionamentos importantes sobre o impacto da perda dessas tradições na formação da identidade amazônica e brasileira. A diminuição do interesse pelas práticas culturais herdadas de matrizes afro-indígenas não representa apenas mudança de hábito, mas ameaça à preservação da memória ancestral e ao reconhecimento da pluralidade que constitui o povo brasileiro.

Ao articular essa reflexão com a experiência vivida em campo, tornou-se impossível ignorar as conexões entre território, urbanização e apagamento, ou adaptação, dos saberes. A percepção das diferenças entre os dois espaços visitados, somada às discussões desenvolvidas no âmbito do PADEX, consolidou a inquietação acerca da adaptação e resistência dos saberes ancestrais diante das transformações urbanas.

Como resultado dessas experiências formativas, estruturou-se o tema do Trabalho de Conclusão de Curso: “A adaptação dos saberes ancestrais afro-indígenas diante da expansão urbana na gleba da Vila Amazônia, Parintins-AM”. O que inicialmente se caracterizava como uma atividade de campo transformou-se em objeto de investigação, evidenciando que a pesquisa nasce, muitas vezes, do encontro entre vivência, inquietações e compromisso com a valorização de memórias e culturas historicamente marginalizadas.

Considerações finais

As experiências apresentadas ao longo deste artigo evidenciam que a escolha de um tema de pesquisa não ocorre de maneira isolada ou repentina, mas se constrói a partir de experiências formativas que provocam deslocamentos no olhar e ampliam a compreensão da realidade.

A vivência de campo na Vila Amazônia e na Comunidade Flor de Maio me fez perceber que a infância é profundamente marcada pelas condições territoriais e pelas transformações

sociais que atravessam cada contexto. O contraste observado entre os dois espaços revelou que o avanço da urbanização interfere não apenas na configuração física do ambiente, mas também nos modos de brincar, conviver e aprender.

A participação no projeto PADEX Cultura e as discussões acerca do patrimônio imaterial afro-indígena ampliaram a percepção de que muitos conhecimentos produzidos no território permanecem à margem dos espaços formais de validação, apesar de sua relevância histórica, cultural e social. A memória, a oralidade e as práticas cotidianas demonstram que os saberes ancestrais não pertencem ao passado, mas continuam presentes, ainda que atravessados por processos de adaptação e transformação.

Essas experiências acadêmicas marcaram profundamente o início do meu percurso investigativo, tornando evidente que pesquisar a infância em contextos rurais exige olhar atento às disputas em torno do território e às pressões sobre práticas culturais historicamente construídas. Nesse sentido, investigar a adaptação dos saberes ancestrais afro-indígenas diante da expansão urbana implica reconhecer que o território é espaço de disputas simbólicas, onde permanências e mudanças coexistem. A pesquisa, portanto, não se limita à descrição de fenômenos, mas assume compromisso com a valorização de culturas e memórias que resistem às pressões padronização cultural impostas pela modernização.

Para o curso de Pedagogia, essa reflexão assume relevância fundamental. Formar educadores exige compreender que a infância é atravessada por condições territoriais, culturais e sociais específicas. Reconhecer os saberes produzidos nas comunidades, especialmente em contextos afro-indígenas, contribui para a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis, contextualizadas e comprometidas com a diversidade cultural. Além disso, o debate fortalece a necessidade de uma educação antirracista, capaz de valorizar epistemologias historicamente marginalizadas e de dialogar com os modos de vida presentes nos territórios amazônicos.

Mais do que relatar uma experiência, este artigo reafirma a importância de uma formação acadêmica que se disponha a escutar os territórios e a reconhecer os saberes que neles se produzem e se adaptam como uma forma de preservação. Pensar em educação a partir desses contextos implica considerar as transformações sociais que os atravessam e os impactos que produzem nas infâncias. Assim, permanece o desafio e, também, o compromisso de construir uma educação que dialogue com os modos de vida, respeite as culturas e reconheça a potência dos saberes que emergem das comunidades, entendendo que é nesses encontros que a formação ganha sentido e se torna, de fato, significativa.

Referências Bibliográficas

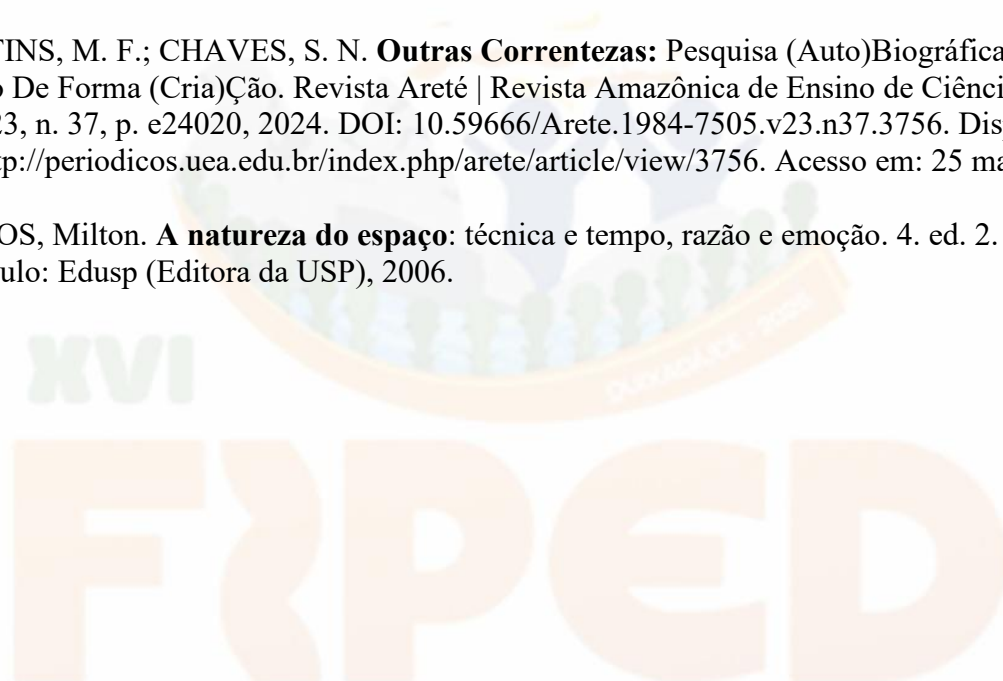
DUARTE, M. de S.; PAGAN, A. A. **Ensinar Ciências Na Amazônia Ribeirinha**: Uma Reflexão Teórica E Autobiográfica. Revista Areté | Revista Amazônica de Ensino de Ciências, [S. l.], v. 23, n. 37, p. e24017, 2024. DOI: 10.59666/Arete.1984-7505.v23.n37.3750. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/arete/article/view/3750>. Acesso em: 25 mar. 2026

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARTINS, M. F.; CHAVES, S. N. **Outras Correntezas**: Pesquisa (Auto)Biográfica Como Espaço De Forma (Cria)ção. Revista Areté | Revista Amazônica de Ensino de Ciências, [S. l.], v. 23, n. 37, p. e24020, 2024. DOI: 10.59666/Arete.1984-7505.v23.n37.3756. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/arete/article/view/3756>. Acesso em: 25 mar. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2006.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP